



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL
RELATOR(A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Processo n.º 0600116-67.2021.6.21.0085

Assunto: Prestação de Contas do Progressistas – Diretório Municipal de Torres
do ano de 2020.

Recorrente: Nasser Mahmud Samhan

Relator: Caetano Cuervo Lo Pumo

PARECER

**ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS
APROVADAS. REVELIA DO PRESIDENTE DO
PARTIDO. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE
INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAR A
REPRESENTAÇÃO E O RECORRENTE
APRESENTOU DOCUMENTOS AO LONGO DO
PROCESSO QUE PERMITIRAM A ANÁLISE DAS
CONTAS. MERA IRREGULARIDADE
POSTERIORMENTE SANADA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, pelo Procurador Regional
Eleitoral signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem,
perante essa egrégia Corte Eleitoral, manifestar-se como segue.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

I – Relatório e fundamentação

Cuida-se de recurso eleitoral cujo fundamento central é a inexistência da revelia do recorrente, pois as contas restaram aprovadas. O recorrente deseja que seja reconhecida a participação nos atos processuais, sendo reformada em parte a sentença que o declarou revel, ante a possibilidade regularização da representação processual a qualquer tempo, consequentemente dando-se provimento ao recurso para levantar a revelia.

Com razão o recorrente.

A verdade que o ponto diz respeito apenas a regularização da representação do recorrente nos autos do que propriamente a revelia.

Revelia é ausência da resposta por parte do recorrente e, como consequência, gera presunção de veracidade dos fatos alegados contra ele. A palavra revel, de origem latina *rebēllis*, nos traz a ideia de 'que se rebela, que se subleva, rebelde'. Não foi o que aconteceu.

Lembrou bem o recorrente *que o processo foi iniciado através do impulso dele próprio, assim estando nos autos - material e formalmente - desde a sua autuação*. Configura imperioso consignar que foi o recorrente que assinou e esteve de acordo com a juntada de todos os documentos que foram relevantes para análise das contas. Ou seja, o recorrente, como Presidente do Partido, apresentou todos os documentos existentes e cabíveis para aprovação das contas partidárias, sendo o responsável pelo órgão partidário.

Há que se considerar também que o recorrente não foi intimado para regularização da representação processual, pois tal aspecto só foi sanada durante o feito e reconhecida *pelo juízo a quo* quando analisou os



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL
embargos do recorrente:

(...)

Há que se pontuar que no dia da **oposição dos embargos de declaração juntou-se aos autos a procuração do embargante, o que ensejou a regularização da sua representação processual no momento da apresentação do recurso (ID n. 106705408).**

Ante ao exposto, REJEITO os Embargos de Declaração opostos por Nasser Mahmud Samhan e mantenho a sentença nos seus termos.

(...)

No caso específico destes autos a aplicação dos efeitos da revelia é prevista no o art. 76, § 1º, inciso II do CPC/15:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

II - o réu será considerado revel, se a providência lhe couber;
(G.n)

Tem-se, portanto, que ser revel é deixar de atuar, deixar de apresentar resposta ou documento dentro do prazo solicitado (CPC, art. 344. *Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.*). E como visto, nada disso aconteceu.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público Eleitoral pelo **provimento do recurso**, nos termos da fundamentação.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2022.

Lafayette Josué Petter
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

cfw